



Diego Tavares do Nascimento

Setembro/2021

A Questão do Preconceito de Gênero na Comunidades Escolares do Município
de Duque de Caxias/RJ: Estudo de Caso

Tema e Objeto

A educação é um campo fundamental na construção da sociedade organizada. De modo que, o ensino é uma ferramenta que possibilita o conhecimento e a reflexão crítica dos indivíduos na sociedade. A educação é um dos pilares fundamentais de qualquer política de governo dentro de um contexto nacional. No entanto, há uma série de embates pelos quais o eixo da educação passa no que tange a distintos projetos políticos que expressam grupos e classes sociais divergentes. Neste contexto, a educação é um campo de disputas de diversos setores sociais que se dá historicamente. De modo que as legislações direcionadas a pautas que tangem a Educação e o ensino têm sido constantemente modificadas no decorrer dos séculos.

A história da educação é construída com base em ideias elitistas e segregadoras no que tange a classe, gênero, raça, faixa etária e condições física e mentais consideradas normais. Assim, o acesso ao ensino só serve aqueles que estão inseridos nas classes mais altas, homens, brancos, jovens e com condições físicas e mentais dentro do padrão considerado normal.

A história da educação infantil está inserida neste contexto de modo que “o aparecimento da pré-escola no Brasil se deu sob as bases da herança dos precursores europeus que inauguraram uma tradição na forma de pensar e apresentar proposições para a educação da criança nos “jardins de infância””. (Rocha, 2001, p.27).

A educação infantil está circunscrita ao campo das “relações educacionais-pedagógicas e não pela análise de cada um dos fatores determinantes da educação da criança, de forma isolada”. (Rocha, 2001, p.29).

No entanto, durante os séculos, a educação passou por transformações e projetos mais democráticos, inclusivos e abrangentes

permearam as disputas por pautas educacionais que contemplem todos os cidadãos independente das categorias citadas anteriormente que os mesmos estejam enquadrados.

Assim, no decorrer do tempo, a educação no Brasil foi se modificando, ainda que guarde em seu cerne muitas questões de caráter contraditório e excludente, conseguiu se ampliar o escopo e abrangência social.

A diversidade e a complexidade do mundo contemporâneo têm influência na construção de identidade e subjetividade dos alunos. A formação do professor pela ótica da educação infantil conforma uma identidade construída a partir de fatores sociais e históricos. Assim sendo, a constituição do *ser-professor* remete a uma abordagem que destoa das concepções teóricas que não compreendem a experiência e a práxis da atividade docente com todas as suas implicações sociais.

De acordo com Ambrosseti & Almeida (2012), a partir da leitura do texto “A Constituição da Profissionalidade Docente: tornar-se professora de Educação Infantil”, o no qual pesquisam sobre o conceito *profissionalidade* onde procuram explicações empíricas sobre o processo de formação do professor, no que se refere a construção social e histórica do professor. Através da metodologia do grupo focal, com professoras de Educação Infantil, as autoras assumem a escolha da Educação infantil como recorte empírico, pelo fato de ser este um campo repleto de significados ainda obscuros quanto ao espectro do conceito de profissionalidade. Alguns fatores relevantes neste sentido são, o senso-comum de associação da profissão docente ao gênero feminino, com caráter afetivo e que exige menor qualificação e remuneração.

No século XX que os movimentos de luta pelo direito das mulheres se ampliaram e culminaram com a adoção do sufrágio universal na França, Itália e Japão no final da década de 1930 até meados da década de 1940. A movimentação no campo político influenciou a academia. Assim, com a publicação de “O Segundo Sexo”, em 1948 obra de Simone de Beauvoir, filósofa francesa, teve início o debate de gênero. (ISQUIERDO, 2015)

A teoria estruturalista de Lévi-Strauss (1967) também contemplou questões relacionadas a discussão de gênero dentro do campo da

antropologia. O debate de gênero está circunscrito a uma das maiores questões do campo das ciências sociais, a dicotomia entre Natureza e Cultura.

Neste sentido, o conceito de gênero é atribuído a estrutura social que permite que haja hierarquia entre gêneros. Esta interpretação refutou as perspectivas baseadas no sexo biológico como motivação para a distinção entre homens e mulheres com base em lugares sociais de dominado e dominador.

Na concepção de Lévi-Strauss há um pressuposto da troca em todas as relações sociais. Neste contexto, reconhece o casamento entre tribos distintas como uma troca entre homens, de modo que carrega consigo uma relação de câmbio entre os homens. A teoria da reciprocidade é dada como universal nas relações sociais para Lévi-Strauss. A reciprocidade entendida como uma ação que há uma correspondência mútua.

Justificativa

Os estudos de gênero e suas relações que discutem questões e conceitos acerca de feminismo, machismo, identidade de gênero dentre outros tem sido exclusividade de universidades, muitas vezes não conseguem romper com os espaços acadêmicos e as reflexões ficam retidas a apenas ao nível universitário. Neste sentido, as escolas que contemplam níveis como educação infantil e fundamental não tomam conhecimento destas discussões.

As práticas sociais são reproduções da estrutura hegemônica patriarcal que coaduna valores de superioridade dos homens em relação a mulheres, de brancos em relação a negros e heterossexuais em relação a homossexuais, dentre outras relações que funcionam a partir de categorias que subjugam umas as outras.

Deste modo, as crianças quando imersas em qualquer contexto social, como a instituição escolar, estão dispostas a este tipo de estrutura. Nas instituições escolares estas relações não são problematizadas logo são reproduzidas por todos que compõe a mesma.

A questão de gênero e da identidade de gênero não tem espaço para reflexão nestes contextos. Por isso a relevância de trabalhos que reflitam sobre as representações, práticas e discursos de gênero nos espaços de formação dos cidadãos, as escolas.

Objetivo Geral

- Analisar como a Identidade de Gênero do Profissional Docente da Educação Infantil está Representada pela Comunidade Escolar em duas Escolas do Município do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

- Discutir as teorias circunscritas ao campo de “estudos de gênero” como forma auxiliar na construção do objeto de pesquisa permeado pelo conceito de identidade de gênero;
- Refletir os discursos de gênero a partir das narrativas docentes;
- Problematizar os modelos tradicionais de educação infantil no que tange a reprodução de uma estrutura patriarcal que reproduz conceitos dicotômicos e estanques acerca de gênero;
- Analisar as práticas cotidianas docentes imperantes como forma de compreender a representação da identidade de gênero nas escolas pesquisadas;
- Refletir sobre as possibilidades de desenvolver uma prática docente que contemple o debate de identidade de gênero;

Questões Norteadoras/Hipóteses

- A comunidade escolar reproduz os padrões sociais hegemônicos impostos;

- A identidade de gênero do profissional docente da educação infantil é um constructo social que associa o gênero feminino a esta função.

Problema

As categorias de identidade de gênero e representação de gênero são centrais nos estudos de gênero. A categoria de identidade de gênero pode ser subdividida em três categorias: transgêneros, cisgêneros e não-binários.

Os indivíduos não estão limitados a apenas uma identidade, e sim a múltiplas identidades, que tangem a raça, classe, etnia, gênero. Algumas destas podem sofrer modificações no decorrer do tempo. De modo que as representações sociais que diferenciam os papéis sociais entre homens e mulheres podem se transformar. (LOURO, 1997)

A diferença entre gênero e sexo é primordial para compreender o problema de pesquisa pois estas categorias são constructos empíricos dicotômicos de modo que o gênero é um constructo social e o sexo está relacionado a uma natureza biológica que é parte destes mesmo constructo social.(SCOTT, 1995).

A construção da masculinidade, por exemplo, é compreendida por uma série de valores e comportamentos como virilidade e sexualidade exacerbada que passa por uma “idealização não só opera com relação ao natural, mas também como um modelo de masculinidade que valoriza o número de parceiros sexuais e de filhos como prova de virilidade”. (VIVEROS, 2018, p.112).

Enquanto categoria analítica, a representação de gênero possibilita a análise da representação social no que tange a comportamentos dos indivíduos que se coadunam por construções sociais.

As instituições sociais reproduzem os padrões sociais hegemônicos, neste sentido a instituição escolar não escapa deste processo. Dentro do âmbito mais específico da Educação, a educação infantil estas práticas são

reforçadas diariamente, sobretudo porque o modelo escolar é produzido para educar as crianças a seguirem os padrões sociais hegemônicos. A partir destas considerações cercamos como o problema central da pesquisa compreender: como a identidade de gênero do profissional docente da educação infantil está representada pela comunidade escolar em três escolas do município do Rio de Janeiro.

Metodologia de Pesquisa

Para este trabalho será utilizado o método do Estudo de Caso, eles se tornam uma melhor opção quando são colocadas questões do tipo “como” e “por que”, na situação em que o pesquisador tem pouco controle sobre eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. O estudo de caso pode ser classificado como exploratório, quando existe ainda pouca compreensão sobre o fenômeno estudado, e explanatório, quando lida com relações operacionais que precisam ser traçadas ao longo do tempo, mais do que com frequências ou incidências (Yin, 2001).

Para consolidar este estudo, houve a necessidade de aplicar pesquisa empírica, para identificar variáveis relevantes por intermédio de questionários não diretos, por meio de um estudo exploratório. A entrevista não diretiva ou não dirigida constitui parte dos estudos exploratórios, sendo concebida como meio de aprofundamento qualitativo da investigação. (MARTINS, 1994).

A aplicação do método qualitativo difere do quantitativo por não ter pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, em pelo menos três aspectos, existem situações de pesquisas que envolvem conotações qualitativas (OLIVEIRA, 2001):

1. Situações em que se evidencia a necessidade de substituir uma simples informação estatística por dados qualitativos. Principalmente quando se trata

de investigação sobre fatos do passado ou estudos referentes a grupos dos quais se dispõe de pouca informação.

2. Situações em que observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento de estruturas sociais.

3. Situações de pesquisa que envolve conotações qualitativas, as que onde se manifesta à importância de uma abordagem qualitativa para efeito de compreender aspectos psicológicos, cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos devido à complexidade que envolve a pesquisa. (OLIVEIRA, 2001).

Com relação as ferramentas que serão utilizadas para a coleta de dados, precisamos as técnicas da entrevista e da narrativa de vida.

Toda narrativa é uma construção. Resultado de silenciamentos e ênfases, ressignificações, esquecimentos, fragmentos, ausências e presenças. Memórias.

Como tornar coerente a narrativa que é descontínua, pois quem narra não tem esta preocupação? Como integrar narrativas distintas, sem que umas prevaleçam sobre as outras, ou umas como verdade e outras como mentira? Como tornar científico o que é produto das subjetividades? Como dar não dar importância ao que é importante para o narrador?

Contar é construir sua imagem perante o outro, é ter reconhecida sua trajetória. Neste contexto, há um embate “entre a história de vida vivida por uma pessoa e a narrativa que ela poderia fazer de sua vida”. (BERTAUX, 2010, p.15).

A narrativa de vida é utilizada nesta pesquisa na medida em que delimito uma pergunta para que o sujeito exponha uma “entrevista do tipo narrativo, “conte para mim...” [...] onde há um esforço de descrição da estrutura diacrônica do percurso de vida”. (*ibid*, p.18).

Ao suscitar o debate de questões sociais estas narrativas conformam o “fragmento particular da realidade social-histórica, um objeto social; de

compreender como ele funciona e como se transforma, destacando as configurações das relações sociais[...] (*ibid*, p.16).

Do mesmo modo, usar as narrativas de vida dos sujeitos é o que conhecemos como autobiografia, sendo esta “[...] a história em prosa retrospectiva que alguém faz de sua própria existência, quando coloca a ênfase principal em sua vida individual, particularmente na história de sua personalidade”. (LEJEUNE, 2004, p.160, tradução nossa).

Indicações de Marco Teórico

A ideia vigente desde Simone de Beauvoir de que o sexo e gênero seriam equivalentes à natureza e cultura, constroem um padrão de gênero, a construção do masculino e do feminino.

As teorias feministas contemporâneas foram além destas dicotomias clássicas e avançaram trazendo novos conceitos como os padrões heteronormativos que dividem o mundo no binário feminino/masculino e que através de discursos determina e limita atitudes e performatividades como pertencentes a cada um desses polos. De modo que o sexo biológico também faz parte de uma construção social e cultural. (BUTLER, 2003)

O feminismo é uma perspectiva que possibilita uma “visão de mundo” crítica sobre um processo histórico de uma categoria: a mulher. Passadas as problematizações de Simone de Beauvoir e as considerações sobre a produção do sujeito por meio da experiência, algumas contribuições teóricas contemporâneas apresentam a categoria mulher como um processo de construção social no qual o feminismo se apresenta como um potencial de compreensão dessa categoria.

Baseado nas considerações de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli no livro *Feminismo e Política* de 2014, a mulher no mercado de trabalho, ainda

hoje, necessita atender a uma dupla demanda: a de profissional competente sem, no entanto, poder abrir mão de uma “feminilidade” que atenda ao ideal de gênero binário já aqui abordado. Observamos, assim, que a inclusão da mulher no mercado de trabalho não há liberta de uma performance de gênero destinada e desejada a ela. “Na medida em que os binários, e as imagens a eles associados, tornaram-se uma parte da nossa maneira de pensar, são como lentes através das quais contemplamos a realidade social”. (GIFFIN, 2006, p.639)

A performance de gênero conceituada pela filósofa estadunidense Judith Butler consiste em ações e atitudes que reforçam uma ordem social imposta, prescrita e obrigatória de símbolos que produzem, intencionalmente, uma significação baseada na construção cultural que separa os corpos entre femininos e masculinos. “A política sexual que constrói e mantém essa distinção oculta-se por trás da produção discursiva de uma natureza e, a rigor, de um sexo natural que figuram como a base inquestionável da cultura”. (BUTLER, 2003, p.66)

As ideias de Butler nos ajudam a compreender a estereotipação feminina como um polo de um sistema binário de heteronormatividade. Essa conclusão é que nos ajudará a problematizar a atuação performativa de Cristina e Dilma em suas campanhas quando buscam através do discurso empregado se colocarem como mulheres. “Esse recurso a uma feminidade original ou genuína é um ideal nostálgico e provinciano que rejeita a demanda contemporânea de formular uma abordagem do gênero como uma construção cultural complexa”. (BUTLER, 2003, p.65)

Judith Butler (2014) contribui para compreender o fenômeno das desigualdade ao utilizar os “repertórios sistemáticos de interpretação” como parte da análise de atos de “generificação”. Neste sentido, entendemos o conceito de performatividade como chave para a análise daqueles atos, na medida em que a “iteração”, prática de natureza performativa, se constitui como um procedimento prático das relações generificada, nas palavras de Butler: “a performatividade do gênero se dá através da estilização repetida do corpo, assim como seus agentes reguladores, com o objetivo de criar um

padrão a ser seguido” (BUTLER, 2014, p. 19). Assim, retiramos como possibilidade, analisar os atos de generificação enquanto substância identitária, na medida em que, para Butler, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”. (ibidem, p. 48). Na obra, *Performativity’s social magic* (Mágica social da performatividade), Judith Butler (1999) faz um compilado interpretativo da obra de Bourdieu, trazendo à tona a tensão habitus-campo.

A autora opera com a teoria de Bourdieu para apresentar, posteriormente, algumas lacunas analíticas desta e, em seguida, indica a performatividade como uma solução possível. *When Does a Speech Act “Act”?* (Quando um ato de fala “age?”), questiona Butler em tópico de defesa da performatividade como uma categoria analítica. Ainda na tensão habitus-campo, Butler pontua a distinção entre a linguística e a prática social como uma distinção tênue na obra de Bourdieu, retomando a doxagem, capacidade de geração do habitus, Butler articula a prática da interpelação, na qual uma categoria é interpelada à uma pessoa e esta assume transitivamente a categoria como uma incorporação da interpelação (interpelase girl – torna-se transitivamente girled). Essa interpelação, segundo Butler, assume uma eficácia simbólica sem ter como requisito a oficialização do termo pelo qual a pessoa foi interpelada. Butler destaca que o ato da fala, tanto na conjuntura de uma série causal, como na relação habitus-campo, está em referência às “disposições socialmente constituídas do habitus linguístico”, no entanto, questiona a autora: “existe um habitus linguístico que se distingue de um habitus social?”. (BUTLER, 1999, pp. 119 – 121).

O performativo, para Butler, “não é apenas um ato usado por um sujeito pré-dado, mas é uma das formas poderosas e insidiosas pelas quais os sujeitos são chamados ao ser social, inaugurado na sociabilidade por uma variedade de interpelações difusas e poderosas”. Portanto, o ato de interpelação no ritual de casamento, por exemplo, não é a interpelação própria de natureza daquele ato, na medida em que, como apontou Butler, o assunto já foi autorizado na animação da “magia social” da performatividade, ou seja, o

ato sintetiza a interpelação na sociabilidade dos atores que constituem o ritual do casamento, a interação da união ritualística é processual e mágica como a declaração de um orador nos rituais de casório. (BUTLER, 1999, p. 122). Por fim, considerando que performatividade social “é uma parte crucial não só da formação do sujeito, mas também da contestação política em curso e da reformulação do sujeito”, a performatividade não pode ser interpretada apenas como “uma prática ritual: é um dos rituais influentes pelos quais os sujeitos são formados e reformulados.”. (BUTLER, 1999, p. 125). As críticas à estrutura fundante do feminismo como política de identidade formuladas por Butler, para quem são igualmente problemáticas as afirmações totalizantes da economia masculinista e do feminismo, tornam mais complexa a narrativa de uma política de gênero no enfrentamento das desigualdades.

Foucault (1998) argumenta que há uma herança moral vitoriana que faz com que o sexo seja posto como algo proibido e contido. De modo que a educação das crianças passa por um silenciamento em relação ao sexo, fazendo com que as mesmas sejam proibidas de falar sobre o assunto e por consequência não externem seus desejos.

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio. (FOUCAULT, 1998, p.10).

Para Foucault o sexo teria sido relegado ao silêncio como forma de ser uma ferramenta útil ao patriarcado. De modo que a questão central não foi “as sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo”. (FOUCAULT, 1998, p.42)

Cronograma

Etapa	2022				2022			
	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	4º Quad.	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	4º Quad.
Levantamento de referências	X							
Cumprimento de Créditos	X	X	X	X				
Análise e revisão do material	X							
Entrevistas		X						
Questionários		X						
Processamento e Análise de Dados			X					
Interpretação dos Resultados			X					
Redação inicial				X				
Publicação em Periódicos					X			
Apresentação em Seminários					X			
Qualificação do Projeto					X			
Redação final						X	X	
Revisão								X
Apresentação e defesa pública								X

Referências Bibliográficas

AMBROSSETI, Neusa Banhara. A Constituição da Profissionalidade Docente: tornar-se professora de Educação Infantil. 2012.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. v.1. São Paulo, Círculo do Livro, 1990.

BERTAUX, Daniel. Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos. São Paulo/Natal: Paulus/ Ed. UFRN, 2010.

BOZON, Michel. Les significations sociales des actes sexuels. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n.128, p.3-23, juin. 1999.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Ed. Pearson, 2006.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo 'problemático': contribuições de um feminismo dialético e relacional. Estudos Feminista, Florianópolis, 14(3):272, setembro-dezembro/2006.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. Nº92/93 (jan./jun.). 1988b, p.69-82.

ISQUIERDO, L. B. Pensando o uso da categoria gênero nas Relações Internacionais. 2015.

LEJEUNE, Philippe. Lejeune, Philippe. El pacto autobiográfico veinte cinco años después. En: Celia Fernández y María Ángeles Hermosilla (Eds.). Autobiografía en España: un balance. Madrid: Visor Libros, 2004, pp. 159-173.

LÉVI-STRAUSS, C. As Estruturas Elementares de Parentesco. 1967.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. São Paulo: Atlas, 1994.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica. 1.Ed. - São Paulo: Pioneira. 1997.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A Pedagogia e a Educação Infantil. Revista Brasileira de Educação. Nº 16. Jan/Fev/Mar/Abr 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VIVEROS VIGOYA, Mara. 2018. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Trad. Alysson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto alegre: Bookman. 2001.

1. Identificar as discussões a partir de entrevistas.
2. Verificar
3. Analisar

Diretores
Coordenadores
Professores

Pais

PPP. Analizar o com a palavra Professora.
Objetivos específicos ser mais abstratos